

SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE OS FATORES DE INFLUÊNCIA DO SEU DESENVOLVIMENTO

Leila Pires Bezerra¹
Fernando Silveira Franco²
Vanilde Ferreira Souza-Esquerdo³

INTRODUÇÃO

A Agroecologia, que propõe um modelo de desenvolvimento com base na sustentabilidade ambiental, social, econômica, política, cultural e ética, tem um papel muito importante no resgate e reconstrução do conhecimento agroecológico junto aos agricultores familiares, garantindo a soberania e autonomia em suas ações, trazendo sustentabilidade aos projetos que buscam mudanças nos paradigmas vigentes.

O processo de transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica é complexo e pode incorrer em insucessos no seu percurso. É sabido que alguns projetos acabam por não alcançar o objetivo esperado na implantação de sistemas agroecológicos. Os fatores deste insucesso podem ser diversos e necessitam ser analisados de forma a garantir resultados mais efetivos no processo de transição agroecológica.

As áreas de estudo desta pesquisa, Assentamento Sumaré II e III e Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (Cooperacra), são decorrentes de conquistas da Reforma Agrária no estado de São Paulo. No caso dos Assentamentos de Sumaré esse processo ocorreu por meio da organização do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) junto às famílias que lutavam pela posse da terra e foi implantado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. No contexto da Cooperacra, esta organização partiu das próprias famílias e culminou na conquista do uso da terra, regulado por meio de um convênio celebrado entre o Instituto de Zootecnia e a Prefeitura Municipal de Americana, no entanto, a legalização da posse da terra ainda não ocorreu.

Percebemos que a Reforma Agrária é o pano de fundo desses cenários e deixa claro a necessidade de distribuição de terras como meio de permitir o desenvolvimento da agricultura familiar e da produção agrícola sustentável.

A agricultura familiar desempenha um importante papel no desenvolvimento brasileiro colocando-se no cerne do debate sobre reforma agrária. (ABRAMOVAY e CARVALHO PINTO, 1994).

Percebemos que a reforma agrária e a consequente posse da terra são fundamentais na garantia de direitos dos agricultores familiares e na consolidação da sua autonomia, que alicerça, por sua vez, as tomadas de decisão sobre a gestão da unidade produtiva.

A discussão sobre a autonomia passa pela percepção do denominador comum a todos os elementos definidores do campesinato e mesmo à diversidade inerente às expressões do campesinato pelo mundo; tal denominador é justamente a luta constante por autonomia (VAN DER PLOEG, 2008).

¹ Engenheira Agrônoma - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Campus Araras;

² Engenheiro Florestal - Universidade Federal de São Carlos (USFCar) – Campus Sorocaba.

³ Engenheira Agrônoma - Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Segundo Andrade (2017) observamos, hoje, que a autonomia dos agricultores familiares está relacionada ao trabalho por conta própria, significando a ausência de um patrão e de uma relação de assalariamento e, principalmente, a gestão do tempo; a questão ecológica, no que se refere ao manejo de práticas agrícolas conservadoras do meio ambiente, a segurança alimentar, a produção saudável e a independência de insumos químicos externos; e, por fim, talvez o aspecto mais importante, a posse da terra, como garantia da moradia e do trabalho, mas sobretudo do modo de vida.

Assim, o objetivo desse estudo é apresentar a apropriação do conhecimento de agricultores familiares sobre os Sistemas Agroflorestais implementados em suas propriedades, bem como os fatores de influência para tais Sistemas.

METODOLOGIA

As áreas de estudo foram quatro unidades produtivas do Assentamento Sumaré II e III, localizados no município de Sumaré-SP e uma unidade produtiva da Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (Cooperacra), localizada em Americana-SP e os respectivos agricultores responsáveis pelos Sistemas Agroflorestais implantados por meio do Projeto CNPq 039 da Rede de Agroecologia da Unicamp.

Para a coleta de dados uma das técnicas utilizada neste trabalho foi a Observação Participante, onde pudemos vivenciar as experiências diárias de nossos interlocutores.

Conforme Proença (2007), na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo, procurando entender as ações no contexto da situação observada.

O Diário de Campo é o instrumento de trabalho da Observação Participante, sendo este utilizado nesta pesquisa. Trata-se de um recurso bastante utilizado como registro de dados, realizado a partir do olhar do pesquisador sobre as situações ocorridas em campo, tornando-se um instrumento de reflexão do pesquisador (Lopes et al. 2002). Após as idas a campo, os fatos mais relevantes eram anotados em um caderno (Diário de Campo). Esta prática foi especialmente importante para a construção das análises dos dados.

Para a coleta de dados também foi utilizado o questionário semiestruturado, que conteve 34 perguntas organizadas nos temas: perfil dos agricultores (as), perfil das unidades produtivas, quadro familiar de trabalho, renda familiar, evolução dos SAFs e apropriação do conhecimento.

Esses instrumentos de coleta de dados auxiliaram na compreensão das diferenças existentes nos perfis dos agricultores, caracterização das unidades produtivas, organização do trabalho, renda familiar e na percepção dos fatores que influenciaram a evolução dos SAFs e as possíveis justificativas para os resultados positivos e negativos.

A aplicação dos questionários ocorreu em novembro de 2017 e foi realizada junto a oito agricultores, sendo: quatro agricultores do gênero masculino participantes da Cooperacra e quatro agricultores, sendo três do gênero masculino e uma do gênero feminino, integrantes do Assentamento de Sumaré.

Em Sumaré, os quatro responsáveis pelas Unidades de Referência em SAF foram entrevistados, enquanto na Cooperacra somente os quatro agricultores que participaram efetivamente da implantação dos SAFs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão estão apresentados conforme os temas: perfil dos agricultores, caracterização das unidades produtivas, quadro familiar de trabalho, renda familiar, apropriação do conhecimento e desenvolvimento dos SAFs.

A idade dos entrevistados varia entre 30 e 64 anos, sendo que a maioria se encontra na faixa dos 45 anos, apresentando um perfil relativamente jovem.

Quanto ao nível de educação formal, verificamos que dois agricultores possuem ensino superior, sendo que um deles também fez pós-graduação (especialização). Um agricultor possui ensino médio técnico; três realizaram o ensino fundamental completo e dois possuem ensino fundamental incompleto. Apesar de alguns agricultores não possuírem elevado grau de escolaridade formal, o que se percebe é que muitos deles possuem amplo conhecimento empírico sobre a agricultura e os processos naturais, saber este que tem grande valor e só é adquirido com anos de experiência prática.

Com relação à profissão do pai, quase a totalidade dos entrevistados tem ou teve pais agricultores. Somente um entrevistado, agricultor “Embaúba”, tem o pai cuja profissão é marceneiro. A profissão da mãe dos entrevistados também é em sua maior parte de agricultoras que, geralmente, associam ou associaram a atividade de donas de casa. Somente um entrevistado, agricultor “Vinhático”, tem a mãe com a profissão de costureira.

A maior parte dos entrevistados morava, anteriormente às suas residências atuais, em cidades do Estado de São Paulo, com exceção de dois agricultores que moravam no Estado do Paraná. Antes de residirem em suas propriedades, os entrevistados tiveram ocupações variadas, sendo que cinco deles trabalharam como agricultores em atividades passadas, tendo quatro deles, agricultor “Cedro” de Sumaré e os agricultores “Peroba”, “Ingá” e “Jequitibá” da Cooperacra, mais de 20 anos de experiência com agricultura.

Somente três agricultores residem nas atuais unidades produtivas há menos de seis anos, entre eles os agricultores “Mutambo” e “Embaúba” de Sumaré, os demais agricultores residem há mais de 10 anos, demonstrando que a maior parte dos agricultores possui grande convívio com as unidades produtivas e conhecimento sobre as suas condições ambientais.

Quando avaliamos o quesito “responsabilidade sobre a terra” a Cooperacra, que ainda não possui a posse legal da terra, se organiza de forma coletiva e, portanto, a responsabilidade sobre a terra também é compartilhada, ou seja, o grupo todo é responsável pelas decisões acerca da produção e gestão da cooperativa.

No entanto, o fato das decisões serem tomadas em grupo também dificultaram, conforme depoimento dos agricultores nas observações participantes, as decisões em alguns momentos, quando, por exemplo, o grupo mais atuante desejou fazer maiores intervenções no SAF e os demais ainda não estavam seguros para essa decisão. O mesmo aconteceu na decisão de ampliação do SAF para as demais áreas de produção, onde o grupo mais participante se sentiu seguro e os demais apresentaram certo receio no início.

Na Cooperacra foram observados diferentes níveis de envolvimento com o SAF, sendo que quatro agricultores, entre o grupo de 10, estiveram mais próximos tanto nas oficinas de construção do conhecimento, práticas de campo como no manejo das agroflorestas.

No caso dos Assentamentos de Sumaré, entre os quatro agricultores responsáveis pelas áreas de SAF somente um deles é o titular do lote, agricultor “Vinhático”. O agricultor “Cedro”, apesar de não ser o titular do lote, também possui autonomia sobre as decisões acerca da unidade produtiva porque seu padrao, que é idoso e não possui condições de trabalhar no campo, transferiu essa responsabilidade a ele.

Verificamos que os outros dois agricultores de Sumaré possuem situação mais frágil no que se refere à tomada de decisões sobre a unidade produtiva. O agricultor “Embaúba” não tem total poder decisório porque a titular do lote é sua tia e seus pais e um irmão também são responsáveis pela terra. O agricultor “Mutambo” possui a situação mais vulnerável porque o titular da terra é seu sogro e questões pessoais fizeram com que a responsabilidade sobre a área de SAF oscilasse entre ele e demais membros da família.

Assim, verificamos que os agricultores da Cooperacra, em sua maior parte, possuem um longo tempo de convivência com a área de trabalho, possuem pais agricultores e experiência própria com agricultura e possuem autonomia na tomada de decisão sobre a unidade produtiva. Nos Assentamentos de Sumaré, essas situações variaram entre os agricultores, sendo que os agricultores “Mutambo” e “Embaúba” apresentaram as situações mais frágeis, com tempo menor de convivência com terra, falta de experiência com agricultura e pouca autonomia sobre a unidade produtiva.

A caracterização das unidades produtivas está relacionada a informações sobre a área total, à forma de organização do trabalho (individual ou coletivo), ao tipo de trabalho realizado antes da realização desta pesquisa (se convencional ou orgânico), itens da produção atual, bem como os principais pontos de comercialização.

Verificamos que a maior diferença entre o grupo de Sumaré e o de Americana está na forma de trabalho, individual no Assentamento e coletivo na Cooperativa. Anteriormente a esta pesquisa a Cooperacra já trabalhava com produção orgânica de hortaliças, enquanto os agricultores do assentamento produziam de forma convencional.

A maior diversidade de produtos foi encontrada na unidade produtiva do agricultor “Cedro” do assentamento Sumaré, que produz em média 20 itens de hortaliças e 12 itens de frutas. No entanto, sua produção apresenta pequeno volume por se tratar de trabalho individual. A Cooperacra produz em média 13 itens de hortaliças e quatro itens de frutas. Os agricultores “Mutambo” e “Embaúba” do assentamento possuem em média três produtos e o agricultor “Vinhático” trabalha com média de 10 itens de produtos.

A Cooperacra já possui um mercado sólido de comercialização com vendas em diversas feiras da região de Americana e no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), enquanto os agricultores de Sumaré ainda estão se organizando para comercializar a produção orgânica recém-certificada em uma feira local. A produção do agricultor “Cedro” é comercializada para um grupo de consumo e em lojas de Sumaré e Hortolândia. O agricultor “Mutambo” ainda não iniciou a comercialização orgânica.

A transição agroecológica na maior parte das unidades produtivas avançou para o quarto passo, (re)estabelecer uma conexão direta entre os produtores e os consumidores, conforme propõe (Gliessman 2010), considerando a comercialização estabelecida pelos circuitos curtos de comercialização (feiras e grupos de consumo).

Sobre a composição familiar, averiguamos que, do universo de 25 pessoas que compõem o quadro familiar dos nossos oito interlocutores, cinco pessoas exercem atividades exclusivamente agrícolas no meio rural e quatro exclusivamente urbanas. Os demais conciliam atividades, como seis pessoas que realizam atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e quatro pessoas que conciliam atividades agrícolas e urbanas. Verificamos ainda que seis pessoas desenvolvem atividades exclusivamente não agrícola no meio rural. Com exceção de uma pessoa desempregada, todos contribuem de alguma forma para a renda familiar.

Esse contexto, muito comum na agricultura familiar, que apresenta a diversidade de atividades exercidas pelos membros familiares é conhecido como pluriatividade. Segundo Schneider (2003, p.112),

pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício

de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Conforme Schneider (2001), estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas, garantindo a perpetuação da unidade.

Para Wanderley (2001), a pluriatividade não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente, a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

No quesito renda, verificamos que, com exceção de dois agricultores, “Mutambo” e “Vinhático”, do Assentamento de Sumaré, todos os demais entrevistados têm a agricultura como principal atividade, sendo que três deles, “Cedro”, “Jequitibá” e “Ingá” não exercem atividades fora da unidade produtiva, somente os familiares.

Somente o agricultor “Mutambo” não possui renda familiar composta de atividades agrícolas da unidade produtiva, pois ele trabalha como diarista e sua esposa cuida de crianças de vizinhos.

Notamos que, somente dois agricultores possuem renda acima de cinco salários mínimos, “Cedro” e “Jequitibá”; do Assentamento de Sumaré e Cooperacra, respectivamente. Os agricultores “Mutambo” e “Embaúba”, do Assentamento de Sumaré, possuem renda entre um e dois salários mínimos. Os demais possuem renda entre três e cinco salários mínimos.

Em 2017, 95% da renda de dois agricultores, “Vinhático” e “Mutambo”, era composta de atividades não agrícolas no meio rural, como marcenaria e ajudante de marcenaria (diarista). Os demais agricultores possuíam mais de 50% da renda advinda da agricultura, sendo que para dois deles a agricultura contribui com mais 80% da renda familiar.

As atividades rurais agrícolas representam, no geral, 45% da renda dos agricultores, as atividades rurais não agrícolas 35%, enquanto as urbanas 20%. Assim, as atividades no meio rural, agrícolas e não agrícolas, geram 80% da renda dos agricultores.

Os dados demonstram a necessidade de complementação da renda agrícola, seja no meio rural ou urbano, para manutenção da unidade produtiva.

Se o trabalho fora da unidade familiar se impõe como uma necessidade para complementar a renda dos agricultores, ele não é percebido em contradição com as atividades agrícolas, porém, de modo articulado a essas, sob a forma de um sistema de atividades familiar. Assim, como para afirmar sua identidade de agricultores, eles têm uma experiência acumulada de estratégias e de práticas sociais, inclusive no campo produtivo, que revelam sua capacidade de sobreviver, enfrentando situações de precariedade (WANDERLEY, 2014).

Apropriação do conhecimento

A implantação dos SAFs estudados ocorreu em dezembro de 2015. De forma geral, foram plantadas: 1) espécies florestais nativas, (ingás, ipês, jatobá, jequitibá e etc.), com a função de trazer diversidade ao sistemas e que compuseram 50% do total das espécies florestais; 2) espécies florestais adubadoras (eucalipto, amora, gliricídia, banana e etc.), com a função de trazer biomassa, 3) as espécies florestais comerciais ou frutíferas, (abacate, acerola, manga e etc.) com função de gerar renda aos agricultores; 4) espécies

agrícolas (mandioca, inhame, milho, feijão e etc.) e hortaliças (rabanete, alface, brócolis etc.), também com a função de gerar renda e diversidade aos sistemas.

Nos SAFs dos Assentamentos de Sumaré, que possuem aproximadamente 500m² cada, foram plantadas em média 90 mudas de espécies florestais (nativas e exóticas) por área, enquanto na Cooperacra, cujo SAF possui 1.000m², foram plantadas 170 mudas florestais.

As espécies florestais foram adquiridas pelo Projeto CNPq enquanto as espécies agrícolas foram fornecidas pelos agricultores como contrapartida. Dessa forma, os SAFs receberam diferentes espécies agrícolas, em distintas quantidades e diferenciados manejos, conforme critério e disponibilidade dos agricultores.

É importante salientar que, certamente, os agricultores familiares com histórico de trabalho com a terra já possuíam saber empírico sobre agricultura e os processos naturais. Porém, esta relação com a natureza foi se perdendo ao longo dos anos, em decorrência da agricultura “moderna”, com a inserção das tecnologias da revolução verde. No entanto, quando esses agricultores encontram espaço para produzir de forma ecológica o conhecimento tradicional e a valorização da natureza é resgatada na reconstrução e ressignificação desse saber.

Relativamente as transformações ocorridas na percepção dos entrevistados sobre Sistemas Agroflorestais no decorrer do processo de construção do conhecimento obtivemos os depoimentos:

Entendimento anterior sobre SAF:

Nenhum. Sabia só um pouco sobre poupança verde, (Agricultor “Vinhático”).

Nenhum. Nunca tinha ouvido falar, (Agricultor “Mutambo”).

Já tinha ouvido falar, mas não sabia direito o que era, (Agricultor “Cedro”).

Nenhum, (Agricultor “Embaúba”).

Nenhum, (Agricultor “Ipê”).

Tinha algum conhecimento sobre consórcio e cobertura morta, mas esse conhecimento estava esquecido” (Agricultor “Jequitibá”).

Não sabia direito o que era, (Agricultor “Peroba”).

Antes achava que SAF era pomar, (Agricultor “Ingá”).

Em uma análise geral, observa-se que todos os entrevistados declaram ter pouco ou nenhum entendimento sobre Sistemas Agroflorestais, anterior ao processo de construção do conhecimento, com exceção do agricultor que menciona que “tinha algum conhecimento sobre consórcio e cobertura morta”, demonstrando ter compreensão de

alguns princípios do manejo agroflorestral, no entanto, aponta que “esse conhecimento estava esquecido”.

Essas falas demonstram que, os agricultores que não tiveram experiência anterior com agricultura, provavelmente, não tinham compreensão sobre esse sistema de cultivo, mas, os demais agricultores, com tradição familiar na agricultura, possivelmente, estavam somente distanciados desse conhecimento.

Conforme Balem e Silveira (2002), o conhecimento tradicional, desenvolvido geração após geração pelos agricultores, e fruto de uma interação com o meio ambiente, sofreu influência a partir do processo de modernização da agricultura. O processo de compreensão da realidade foi sendo gradualmente substituído pelo de repetição de informações técnicas e reprodução de modelos pré-estabelecidos pela ciência e repassados pela extensão rural. Assim, os agricultores acabam perdendo seus sistemas de valores e apreensões, num processo de erosão do conhecimento.

Entendimento atual sobre SAF:

Agricultura do futuro. Não há outro caminho para produzir tanto em pouco espaço. O trabalho é mais suave e prazeroso, (Agricultor “Vinhático”).

O SAF consegue reflorestar e produzir junto, tirando alimento, (Agricultor “Mutambo”).

É tratar da terra, recuperar a vida na terra. É uma floresta com plantas de diferentes espécies e tamanhos. Uma floresta diversificada, (Agricultor “Cedro”).

Agricultura que vai salvar o mundo. Faz bem para a terra. As plantas crescem em momentos diferentes e pode retirar renda. Cultivos de diversos tipos de plantações em consórcio, (Agricultor “Embaúba”).

Maneira de recuperar área degradada. É um consórcio das frutíferas com agricultura. Beneficia o solo, melhora a produção e tem maior diversidade, (Agricultor “Ipê”).

Sistema de parceria das plantas e do homem com a natureza, sem degradação. É possível essa convivência, (Agricultor “Jequitibá”).

Convivência do homem com a natureza. Enriquecimento do solo. Aumento da produção. Respeito a natureza. Pode lidar com a natureza sem ter que trazer coisas de fora, (Agricultor “Peroba”).

Várias plantas frutíferas, com árvores, com horta, (Agricultor “Ingá”).

Em suma, percebemos uma grande evolução no discurso dos agricultores relacionado ao entendimento sobre Sistemas Agroflorestrais, considerando que aqueles que não tinham conhecimento tradicional da agricultura se apropriaram em grande parte do saber agroecológico, assim como os agricultores com experiência em agricultura resgataram e reconstruíram esse saber. Conforme Balem (2004), trabalhar o conhecimento popular, baseado na tradição, juntamente com o conhecimento científico, poderá fazer com que os agricultores reinterpretem a sua realidade. Desse processo,

resultaria um terceiro conhecimento, crítico e construído na realidade e pelos agentes sociais que interagem com ela.

Fatores de influência do desenvolvimento dos SAFs

Considerando que todos os agricultores da pesquisa participaram do processo de construção do conhecimento agroecológico, buscamos compreender os possíveis fatores que determinaram diferentes estágios de desenvolvimento dos SAFs, que foram implantados na mesma época.

As condições de solo nas cinco áreas de SAF diferiram entre si e provavelmente interferiram no seu desenvolvimento. No entanto, observamos que, para além das questões ambientais, os aspectos sociais e econômicos foram determinantes no resultado dos SAFs.

A **Figura 1** apresenta os fatores de influência do desenvolvimento dos SAFs sendo esses: a posse da terra e autonomia dos agricultores; a experiência dos pais e a experiência própria com agricultura, que representa o conhecimento tradicional dos agricultores e por último a renda familiar.

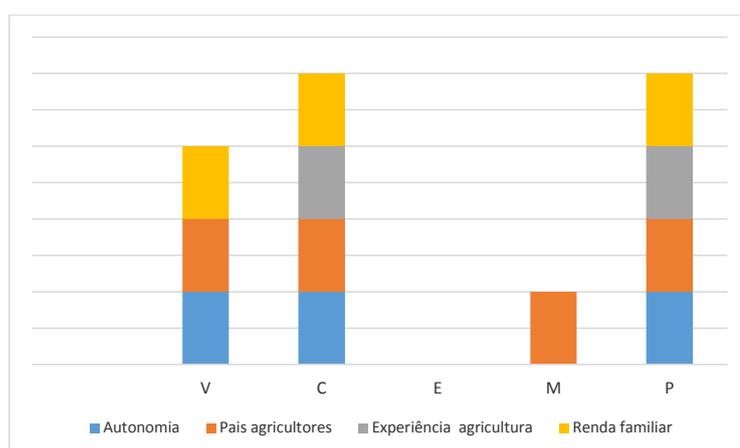


Figura 1 – Fatores de influência no desenvolvimento dos SAFs

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificamos que os agricultores do SAF “C” e “V” do Assentamento de Sumaré e do SAF “P” da Cooperacra, que tiveram os SAFs com desenvolvimento considerado “ótimo”, possuem autonomia nas tomadas de decisão sobre a unidade produtiva; os pais eram ou são agricultores; possuem renda familiar acima de três salários mínimos e possuíam experiência anterior com agricultura, com exceção do agricultor do SAF “V” que não possuía.

O fato do SAF do agricultor “V” ter sido bem-sucedido, mesmo sem ele ter experiência anterior com agricultura, demonstra que o processo de construção do conhecimento agroecológico influenciou fortemente o resultado do seu SAF. O fator econômico, que possibilitou investimento no SAF, somado a sua autonomia no processo de decisão sobre a unidade produtiva, também foram fatores determinantes.

Os SAFs dos agricultores “E” e “M”, considerados “regular” e “ruim”, respectivamente, quanto ao desenvolvimento, possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos, não possuíam autonomia nas tomadas de decisão sobre a unidade

produtiva e não possuíam experiência anterior com agricultura. A diferença entre eles é que o agricultor “M” tinha pais agricultores enquanto o outro não.

Consideramos que no caso destes agricultores os fatores de maior influência sobre o desenvolvimento dos SAFs foram, provavelmente, a falta de recurso para investimento em insumos e equipamentos e a falta de autonomia nas tomadas de decisão na unidade produtiva.

CONCLUSÕES

A construção do conhecimento agroecológico possibilitou uma grande transformação social nos atores, de forma a motivar os agricultores da Cooperacra a avançarem na transição agroecológica por meio dos sistemas agroflorestais e os agricultores de Sumaré a iniciarem a transição agroecológica também com SAFs, demonstrando a importância da extensão rural agroecológica e de projetos de fomento à agroecologia.

A autonomia dos agricultores nas tomadas de decisão no tocante às unidades produtivas, garantida pela posse da terra, também se apresentou como um fator determinante no sucesso dos SAFs evidenciando a relevância da Reforma Agrária na garantia de direitos dos trabalhadores rurais, bem como no desenvolvimento da agricultura familiar e da produção agroecológica.

Constatamos que a situação econômica dos agricultores também influenciou no desenvolvimento dos SAFs, seja pela capacidade de investimento em insumos e equipamentos como sementes, mudas, adubos, ferramentas, irrigação, entre outros, ou pelo próprio tempo dedicado ao SAF, possibilitado aos agricultores com situação financeira mais estável. Diante desse quadro, verificamos a necessidade de apoio governamental por meio de crédito agrícola e projetos de apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

Percebemos que a construção e apropriação do conhecimento agroecológico foram fundamentais no desenvolvimento dos SAF, permitindo aos agricultores com tradição na agricultura, o resgate e ressignificação do saber e aos agricultores com menos experiência a estruturação dessa base de conhecimento. O entendimento dos princípios agroecológicos possibilitou aos agricultores a compreensão sobre os processos naturais que sustentam os agroecossistemas, em uma agricultura baseada em processos e não em insumos, permitindo a autonomia destes atores nas tomadas de decisão sobre a condução dos SAFs.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J. J. de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. v. 24, n. 3, p. 36-53, set./dez., 1994.

ANDRADE, F. R. A autonomia dos Agricultores Familiares do bairro do Guapiruvu, Vale do Ribeira Paulista. FEAGRI-UNICAMP, 194 p., 2017. (Tese de Doutorado).

BALEM, T. A. Um processo de Transição Agroecológica: o caso da Associação Nossa senhora Aparecida, Santa Maria, CPGER-UFSM, 2004, 116 pg. (Dissertação de Mestrado).

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: SIMPÓSIO IESA/SBSP, 5, 2002, Florianópolis. Anais (cd room). Florianópolis: EPAGRI, 2002.

GLIESSMAN, S.R. e ROSEMEYER. The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices. CRC, Boca Raton/FL, 2010.

LOPES, D. L., LIMA, H. S., COSTA, S. A. e RIBEIRO, V. O. Diário de Campo e a memória do pesquisador. In Sociologia rural: questões metodológicas emergentes, ed. D. C. A. Whitaker, 131-134, 2002. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem.

PROENÇA, W. L. O Método da Observação Participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista Aulas. Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.pp.1-24. ISSN 1981-1225.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.16, p. 164-184, abr. 2001.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Rev. bras. Ci. Soc.. 2003, vol.18, n.51, pp.99-122.

VAN DER PLOEG, J.D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Rev. Econ. Sociol. Rural. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44.